Orçamento

Governo usará medida para ter suplementação de verba

JORNAL DE BRASÍLIA 19 SET 1990

Sob ameaça de não ter recursos para arcar com suas despesas mínimas, inclusive contas de água e energia e folha de pessoal, o governo deverá lançar mão da medida provisória para fazer uma suplementação orçamentária que substitua o projeto de revisão orçamentária que tramita no Congresso. Para isso, e diante das limitações impostas pela Constituição ao campo de ação do governo em matéria orçamentária, deve ser alegado que o País esta à beira do caos social. A sugestão foi levada na tarde de ontem ao presidente Fernando Collor pelos ministros da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e da Justiça, Bernardo Cabral, que encontrou a saída em uma proposta que lhe foi encaminhada pelo deputado João Alves (PFL/BA), relator do projeto no Congresso.

Pela manhã, Cabral, Zélia e o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, mantiveram um demorado encontro no Ministério da Justiça para discutir o assunto e para tratar dos reajustes salariais dos funcionários das estatais Usiminas, Correios e Telégrafos e Vale do Rio Doce. No meio da reunião, Bernardo Cabral saiu do seu gabinete e informou da possibilidade de adoção da medida provisória para resolver a questão da falta de recursos.

Calamidade

Para Cabral, o governo tem motivos suficientes para recorrer à exceção estabelecida no artigo 167, parágrafo 3 da Constituição, segundo o qual o governo pode usar a medida provisória para abrir créditos extraordinários para fazer face a despesas imprevisíveis, urgentes, em decorrência de guerra, comoção interna ou calamidade pública. "Acho que é uma exceção compatível. Por aí é o caminho. Pelo menos, foi o próprio parlamentar que foi relator da comissão quem sugeriu. De modo que é uma boa companhia", avaliou Cabral.

Ailton C. Freitas, 10.7.90

Cabral quer evitar calamidade

Cabral disse que a intenção é evitar o agravamento da situação que a falta de recursos no poder público já está provocando no País, à beira da calamidade pública. "Nós podemos chegar a calamidade, se você acabar não tendo como pagar luz e água dos respectivos poderes. O Itamaraty está, inclusive, sem condições de dispor de verbas para correios".

Inflação

O ministro da Justiça, disse, ainda, que o governo não se abalou com o índice de inflação acima de 13% divulgado pela Fipe, um dado que não considera empecilho aos entendimentos entre trabalhadores, empresários e governo pelo pacto nacional. "A ministra Zélia disse, com muita propriedade, ainda há pouco, que em nenhum instante isso pode trazer dificuldades para o entendimento nacional. Ao contrário, isso mostra a realidade que o País atravessa e onde há pessoas que não se conformam e, mal há um anúncio de inflação, aumentam seus preços". Contou, então, que o ministro Ozires revelou a ele e Zélia que, logo ao chegar a Brasília, pagou Cr$ 200,00 para trocar saltos de um par de sapatos, serviço que precisou mandar efetuar novamente anteontem, tendo que desta vez desembolsar Cr$ 800,00 pela mão-de-obra da mesma pessoa.